

# **Gênero, maternidade e educação superior: Universitárias-mães na Universidade de Brasília.**

Maria Clara Pereira de Araújo y Elizabeth del Socorro Ruano Ibarra.

Cita:

Maria Clara Pereira de Araújo y Elizabeth del Socorro Ruano Ibarra (2019). *Gênero, maternidade e educação superior: Universitárias-mães na Universidade de Brasília. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1725>



## Gênero, maternidade e educação superior: Universitárias-mães na

### Universidade de Brasília

Maria Clara Pereira de Araújo  
Elizabeth del Socorro Ruano Ibarra

#### Resumo

Neste trabalho buscamos contribuir com o debate acadêmico sobre os vieses ideológicos que se desdobram em empecilhos estruturais para o ingresso e permanência de mulheres-mães no ensino superior. Analisamos o ingresso e a permanência de “universitárias-mães”, termo que busca demonstrar as condicionalidades específicas dessas estudantes – mulheres, universitárias e mães – na Universidade de Brasília (UnB), a partir do ano de 2016. A bibliografia coincide em afirmar que dentro do público de não ingressantes ou em evasão das universidades federais brasileiras, a principal porcentagem é formada por mulheres-mães-negras. A pesquisa documental a partir de *podcast*, *post* de *Facebook* e publicações em *sites* institucionais ancorada em entrevistas e a análise bibliográfica referente à temática constituíram a nossa abordagem metodológica. Entre os resultados, destacamos os múltiplos fatores que ameaçam suas permanências na instituição universitária. Em adição, a criação e manutenção de locais adequados para acolhimento e cuidado das crianças durante os períodos das aulas de seu responsável, um “protocolo” institucional para acolhimento de situações em que as universitárias-mães precisem comparecer às aulas acompanhadas de filhas/os, locais adequados para o aleitamento materno exclusivo e para a retirada e armazenamento adequado do leite e demais ações fortalecem a possibilidade de permanência das universitárias-mães na universidade.

#### Palavras-chave

Patriarcado. Androcentrismo. Equidade.

#### Introdução

Analisamos o ingresso e a permanência de “universitárias-mães” na Universidade de Brasília (UnB), a partir do ano de 2016. A seleção desse espaço-tempo se deu por conta da relevância de diversas ações políticas ocorridas na UnB em 2016, como a criação do Centro de Convivência e Mulheres (CCM), cuja atuação desencadeou o surgimento de ações afirmativas para estudantes com filhos e/ou dependentes, acontecimento inédito na referida universidade.



Nesse ano, a UnB recebeu 9.850 estudantes nos cursos de graduação (Fundação Universidade de Brasília, 2017, p. 76). Esses estudantes compartilhavam desafios que impactam diferenciadamente suas vidas, pois suas posições econômicas, de capital cultural e de gênero, dentre outros, influenciaram na permanência ou desistência da formação universitária. Em uma realidade onde 4.836 mulheres ingressaram na UnB em 2016 (idem, p. 76), mas somente 2.638 mulheres concluíram seus cursos no mesmo ano (INEP, 2016), faz-se necessário questionar o que possibilita tal discrepância e quais sujeitos são os mais afetados nesta dinâmica.

A análise dos dados do Anuário Estatístico, informe produzido a cada quatro anos pelo Observatório da Vida Estudantil da UnB, infere a indisponibilidade do número total de estudantes mulheres ingressantes em 2016 e suas respectivas autoidentificações de raça/etnia. A ausência desses dados é preocupante, pois estes são fundamentais para a formulação de políticas direcionadas para as especificidades do universo estudantil e suas perspectivas acadêmicas. Esta lacuna relacionada à população estudantil feminina da UnB se tornou um dado de pesquisa à medida que confirma a incipiência de políticas de acolhimento para as universitárias-mães.

Esta pesquisa busca denotar que quando se trata do universo feminino, as mulheres negras e pobres são quem mais sofrem as intempéries causadas pelas desigualdades de gênero, raça e classe. Segundo Heleieth Saffioti (2004, p. 125), “o importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente”. Em consonância, os resultados da pesquisa indicam que a educação superior pública brasileira do século 21 mantém os traços conservadores da instituição universitária fundada na Europa do século 13, projetada e garantida exclusivamente para a presença masculina originária das elites. A mulher subalternizada não consegue falar, no sentido figurado da palavra, e quando fala, ou seja, quando quebra as barreiras do patriarcado, do racismo e da imposição de classe para fazer valer sua posição de indivíduo no mundo e, em específico, na universidade, não é ouvida (Spivak, 2010). Assim, neste artigo, questionamos os entraves institucionais que comprometem o ingresso e a permanência de universitárias-mães da Universidade de Brasília.

### **Abordagem teórico-metodológica**

A pesquisa se ancorou em uma abordagem metodologicamente multifacetada, buscando recursos empíricos e subsídios teóricos suficientes para a averiguação do



problema de pesquisa, ainda pouco explorado pelo debate sobre gênero e feminismos no Brasil. A investigação não está situada à parte da realidade, sendo produzida simultaneamente com a própria reprodução da sociedade, tendo em vista a dinamicidade das relações coletivas.

A inserção da pesquisadora principal, em qualidade de iniciação científica, se dá tanto como investigadora social quanto “nativa” do grupo sujeito desta pesquisa. Esse lugar suscitou a reflexão sobre a coletividade selecionada, e a partir deste ponto pesquisamos práticas recorrentes no dia a dia da UnB. Para a contextualização desses acontecimentos, a análise documental se tornou o ponto de partida metodológico a fim de se compreender as recentes políticas de auxílio-creche da referida universidade. O auxílio-creche se revelou como um dos fatores relevantes para compreender o ingresso e permanência de universitárias-mães na UnB.

Pretendeu-se articular presente e passado e manter à distância uma possível fragmentação no elo entre esses dois tempos históricos (Pimentel, 2001), e dita articulação foi procurada mediante a pesquisa documental a partir das seguintes fontes de pesquisa: documentos produzidos e publicados<sup>1,2</sup> pelo Centro de Convivência de Mulheres (CCM) da UnB; documentos produzidos e publicados por coletivos femininos de universidades brasileiras; documentos produzidos pela UnB como notícias, editais e notas públicas; e *podcast* intitulado “Mães na Universidade: maternidade e educação”<sup>3</sup>.

A importância do conteúdo deste *podcast* radicou na aproximação à reflexão conjunta de participantes de quatro coletivas específicas de/para mães em universidades brasileiras diferentes da UnB. O *podcast* também debateu o constrangimento vivenciado por uma universitária-mãe de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), quando foi impedida de assistir a uma aula. O fato alcançou importante repercussão quando a gravação sobre o impedimento teria sido compartilhada mediante o aplicativo *Whatsapp*. Tal situação ocorreu no dia 6 de março de 2018, onde o sociólogo Alípio Sousa Filho, professor da matéria Introdução à Sociologia, proibiu uma estudante de assistir às suas aulas por estar acompanhada da filha (G1, 2019a).

Na época, a universitária-mãe trabalhava no período diurno, e não dispunha de rede de apoio que pudesse se responsabilizar pela criança à noite, quando comparecia à universidade. O sociólogo agradeceu a divulgação de suas falas em mídias sociais, afirmando que agiu em defesa da qualidade das universidades federais. Também afirmou que há grupos de alunos que não respeitam as normas da UFRN e querem



impor suas vontades em detrimento do que determina o regulamento. Para ele, a solução possível seria que (idem):

*[a universitária-mãe] encontre uma rede de solidariedade para cuidar da criança. Não consegue essa rede de solidariedade? Repense sua vida. Não tem que estar fazendo Ciências Sociais, não tem que estar estudando na universidade. Você só faz isso se tiver condições. [...]*

Diante dessa narrativa, questiona-se o que entende Alípio Sousa Filho por universidade de qualidade. Segundo Marilena Chaui (2003, p. 5) “(...) a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições”.

Um ensino superior público contemporâneo poderia, além de conhecer a profunda desigualdade social brasileira, disseminar uma postura político-pedagógica que potencialize não apenas o ingresso, mas também a permanência de sujeitos vulneráveis, dentre eles as mães empobrecidas. Essa postura se efetivaria mediante políticas específicas para e com as populações a quem historicamente se negou a universidade.

O evento ocorrido na UFRN está longe de ser uma exceção, repete-se no silenciamento e na invisibilidade de universitárias-mães que têm seus direitos violados cotidianamente. Para uma análise consistente das múltiplas dimensões do problema, nossa abordagem metodológica buscou explorar a análise discursiva de fontes de pesquisa relativamente novas na pesquisa social. Em diálogo com a netnografia (Amaral; Natal; Viana, 2008), se viabilizou a observação do objeto de pesquisa aqui abordado.

A reflexão apresentada dialoga principalmente com os conceitos de patriarcado, gênero e ensino superior. O primeiro eixo conceitual discute sobre patriarcado a partir de Lélia Gonzalez (1988a, 1988b) e Edison Chavarría (2010); o debate sobre gênero e sociedades dá-se a partir de Daniela Rezende (2015), Ana Leticia de França e Édina Schimanski (2009) e Lucila Scavone (2001); Pilar Domingo (2015), Flávia Ribeiro (2016), Catherine Viana (2016) e Ramón Grosfoguel (2016) para tratar das correlações do acesso à universidade. Buscando dar conta analiticamente do Centro de Convivência de Mulheres da UnB, tratamos dessa coletiva feminina enquanto sujeito coletivo.

Por patriarcado entendemos a conciliação de concepções, ideias, estruturas, instituições, movimentos e ações voltadas para a hierarquização de gênero e submissão feminina. A resistência das mulheres em acatar o escopo que as submete ao demérito e desprestígio, tanto social como econômica, política, ideológica e psicologicamente,



questiona a hierarquia entre homens e mulheres, como apontados por Lélia Gonzalez (1988b).

As implicações do patriarcado incidem também nas responsabilidades atribuídas às mulheres. Estas levam consigo a onerosa tarefa de exercer até tripla jornada demarcada pelos cuidados domésticos, além de emprego formal e manutenção do rendimento acadêmico para aquelas que conseguem vencer as barreiras de ingresso na educação superior. Esta situação de entraves institucionais se modifica e intensifica quando a mulher universitária é mãe. Aquelas que não são mães conseguem adaptar-se, não sem dificuldades, às lógicas masculinas e perversas dos papéis de gênero (Chavarría, 2010) e abrem mão, simbólica e temporariamente, dos marcadores sociais que remetem ao espaço privado (historicamente relegado às mulheres).

No Brasil, a organização da sociedade e do trabalho deu-se, por longo período, seguindo uma lógica latifundiária que transpassava as divisões de terras dos chamados “senhores de escravos”. Exercia-se nesses domínios um tipo de dominação tradicional, onde o chefe da família ou o senhor de terras era o elemento que detinha a autoridade incontestável (Rezende, 2015).

A partir desta organização familiar direcionava-se o sujeito feminino ao âmbito privado, responsável pelas atividades domésticas e de cuidado, e o sujeito masculino ao âmbito público da sociedade. Em adição, “(...) Tal poder não se limitava à esfera doméstica, estendendo-se para a vida pública que, descentralizada e fragmentada, se encontrava dominada por facções ou grupos familiares” (idem, p. 18). Percebe-se aqui o patriarcado não somente como uma forma de dominação tradicional, mas como um sistema de opressão que se atualiza constantemente, constituindo-se como característica fundamental e fundante das sociedades modernas (id.)

Uma considerável parcela das sociedades brasileiras industrializou-se e experimentou a conseqüente requisição de mão de obra disponível para o mercado de trabalho. O Brasil passou pela revolução das grandes indústrias que também ocorreu a nível mundial, onde “no século XVIII, entre as grandes transformações vivenciadas pela sociedade [europeia], verifica-se o surgimento do proletariado feminino que se caracteriza pelo ingresso das mulheres no trabalho em domicílio, visto que eram rejeitadas pelos homens para trabalhar nas fábricas” (França e Schimanski, 2009, p. 71).

As mulheres passaram a ser responsáveis pelo que conhecemos como “dupla jornada” de trabalho – de um lado o exercício da maternidade e reprodução da vida, e de outro



o trabalho (mal) remunerado ou externo. Esse direcionamento feminino para o trabalho em âmbito público relativamente tardio, não alcança as mulheres racializadas, negras, indígenas e mestiças, cuja inserção mais conhecida obedece à exploração da sua força de trabalho no âmbito doméstico alheio (Gonzalez, 1984).

A fim de desnaturalizar os papéis de gênero, a contribuição dos estudos desse campo no contexto pós Segunda Guerra Mundial evidencia que “a maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade (...)” (Scavone, 2001, p. 138). Os cuidados domésticos, a responsabilização pela família, entre outros, fogem do domínio biológico e pertencem ao social, sendo reforçados constantemente. Assim, a mulher universitária que é mãe torna-se a principal responsabilizada pelos cuidados das/os filhas/os no espaço universitário, e é incumbida de uma série de tarefas da esfera doméstica, das quais não se abdica facilmente.

Para Pilar Domingo (2015), as universidades mantêm a lógica social de acesso restrito e de reprodução patriarcal mesmo visando à democratização. As mulheres lidam com o machismo negador do âmbito público, consequência intrínseca ao patriarcado, e sua construção lógica de direcionamento espacial para certos sujeitos. Nessa estrutura de dominação, enfrenta-se cotidianamente os empecilhos para se aceder e permanecer nos espaços de tomada de decisão no tocante a produção e acesso ao conhecimento científico. O campo acadêmico, onde o conhecimento europeu é colocado como universalmente válido, privilegia homens brancos (Grosfoguel, 2016). Assim, o ensino universitário configura-se elitizado, racializado e androcêntrico. Em uma palavra, segregado.

### **Empecilhos à permanência de universitárias-mães na UnB**

A dificuldade de conciliação entre as exigências da maternidade e da vida estudantil aparenta ser um desafio comum às universitárias-mães. Inúmeras variáveis vêm à tona quando se busca equacionar a continuidade da formação acadêmica, principalmente quando se trata de mães-solo que acabam tornando-se únicas responsáveis pelos cuidados da criança. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (2018), com base nos dados do Censo Escolar de 2011, essa é a realidade de pelo menos 5,5 milhões de crianças brasileiras. Esses dados revelam que os constrangimentos vivenciados pelas universitárias-mães não dizem apenas ao respeito de trajetórias individuais, mas principalmente sobre as múltiplas opressões sobre os corpos femininos que favorecem o domínio masculino.



Por isso, a superação da inequidade de gênero que se apresenta na forma de descaso institucional com as universitárias-mães requer o reconhecimento dos privilégios masculinos em dois níveis: a) cultura e b) infraestrutura. Entendem-se como ausências associadas ao espectro cultural universitário as práticas preconceituosas e pejorativas das quais são alvo as universitárias-mães, as mulheres e outras identidades de gênero situadas na reprodução do cotidiano. Os empecilhos associados ao espectro de infraestrutura dizem respeito à organização espacial universitária tanto em relação ao estrutural quanto ao institucional.

Partindo da observação aliada à experiência pessoal, recuperam-se situações em que houve estranhamento causado pela presença de uma universitária-mãe acompanhada pela sua criança nas instalações da Universidade de Brasília. Essa presença não é, de forma alguma, comum e normalizada. Em adição, formas não verbais de coerção se fazem explícitas quando uma criança incursiona em sala de aula enquanto acompanhante da sua mãe. Essas expressões de censura colocam em evidência questionamentos sobre a 'natureza' ou falta de bom senso de quem ordeiramente foi catalogada como cuidadora.

Segundo Flávia Ribeiro (2016, p. 57) "(...) grande parte dos estudantes nem tem consciência desta situação com a devida importância que ela requer". A consciência estudantil relativa às universitárias-mães precisa ser criada e estimulada tanto pela instituição universitária quanto por cada integrante do próprio corpo discente. À medida que pesquisas surgem tendo como objeto de indagação a maternidade na educação superior, obtém-se rico material de análise e horizontes de possibilidades para a construção de intervenções nessa realidade.

Para além, os meios de comunicação poderiam ser aliados estratégicos na sensibilização da consciência estudantil sobre as universitárias-mães, visto que a partir da linguagem utilizada nas mídias, se "naturaliza a realidade social, fazendo com que esta pareça tão inocente e imutável quanto à própria ideia que se faz de 'natureza'" (Corazza, 2001, p. 92). Na prática, como mostrou Flávia Biroli (2016) o que se tem é a hegemonia de um discurso midiático misógino que reproduz estereótipos sobre a maternidade e/ou sexualização feminina.

Outra importante questão diz respeito à ausência de um "protocolo" institucional para acolhimento de situações em que as universitárias-mães precisem comparecer às aulas acompanhadas de filhas/os. Julga-se que essas universitárias-mães são compelidas a assistirem aulas em ausência de uma rede de apoio que possa fornecer os cuidados



necessários à criança enquanto seus pais cumprem suas responsabilidades acadêmicas, ou em um plano mais amplo, trabalhistas ou sociais.

Nesse sentido, a insensibilidade relativa ao papel atribuído às mulheres na sociedade e a invisibilidade da responsabilidade outorgada pelo cuidado com as crianças, e com a família em geral, concretiza-se em barreiras efetivas para as universitárias-mães. Os empecilhos de infraestrutura inadequada e carência de políticas sensíveis às condições desses sujeitos universitários incidem diretamente no imaginário sobre quem seria a/o “candidata/o ideal” para ocupar a universidade. A mensagem institucional transmitida na linguagem da insuficiente infraestrutura é a que a universidade não é um ambiente institucionalmente capacitado para acolher universitárias-mães acompanhadas de filhas/os.

Juntamente aos empecilhos, os desgastes das universitárias-mães acontecem e geram sofrimento psíquico e físico, não só pela demanda de energia do cuidado com a criança e o conseqüente desamparo institucional e social, mas também pelas exigências da vida acadêmica, dificultada pela inflexibilidade das práticas de ensino e aprendizagem. Prova disso é o estudo por meio de exercícios domiciliares, recurso mais próximo a uma licença maternidade na UnB, disponível a partir do oitavo mês com duração máxima de três meses (SAA/UnB, 2019). Muitas vezes, a duração do período de exercícios domiciliares se mostra ineficiente no amparo das universitárias-mães em suas atribuições.

A UnB carece de locais adequados para acolhimento e cuidado das crianças durante os períodos das aulas de seu responsável, carência que se desdobra em vulnerabilidades de dupla implicação. De um lado, riscos para as crianças, e de outro, os impactos no aproveitamento acadêmico das universitárias-mães e demais responsáveis, caso existam. Catherine Viana (2016, p. 26) traz que o Programa Infante-Juvenil (PIJ) da UnB constitui o único serviço institucional voltado para as(os) filhas(os) dos servidores da UnB. Porém, devido a seu alto custo, torna-se opção inviável para universitárias/os-mães/pais.

A UnB não possui locais equipados para a retirada e armazenamento adequado do leite. Quando a ordenha é realizada com apoio de máquina elétrica, requer-se tomadas que atualmente encontram-se disponíveis apenas em locais abertos e com ampla circulação de pessoas, como os banheiros, salas de aulas ou salas de apoio ao corpo de trabalho terceirizado. Já a ordenha manual, que leva mais tempo e demanda maior esforço físico,



requer ambientes de higiene adequada para o manuseio desse alimento sensível e perecível.

De acordo com Silva (2005), a imposição sobre as mães de adequação às regras que ambientes de trabalho ou de estudo estabeleceram, numa relação desigual, fragiliza o esforço materno para manter a amamentação. Na UnB, as universitárias-mães lactantes não encontram estímulo à amamentação, pois os locais disponíveis não comportam o mínimo requerido para essa atividade fundamental na saúde da mãe e da/o lactente.

O Instituto Central de Ciências (ICC) é o local que concentra o maior fluxo de estudantes no campus Darcy Ribeiro. Até setembro de 2019, em nenhum dos banheiros desse prédio havia disponibilidade de fraldários. Apesar de a maternidade e a vida estudantil aparentarem serem inconciliáveis, aqui analisadas a partir da ótica de fenômenos institucionais com caráter estrutural, o desafio de conciliar ambas as dimensões é colocado em prática cotidianamente por universitárias-mãe na educação superior brasileira, e não apenas na UnB. No seguinte item analisamos iniciativas de enfrentamento coletivo desses entraves.

### **Avanços e tensões nas políticas para a permanência de universitárias-mães na UnB**

No segundo semestre de 2016 surgiu a coletiva denominada “Ocupação das Minas”, que consistiu na ocupação da sala ICC AT 114/7 por mulheres universitárias da graduação em Ciências Sociais na UnB, como protesto após tentativas de estupros e crimes consumados contra mulheres nos banheiros do campus Darcy Ribeiro. O fato de essa mobilização ocorrer após esses crimes é relevante para a visibilidade da violência contra a mulher e para questionar por que não há publicização de denúncias e de outros tipos de violência contra as mulheres (discentes, docentes e servidoras) de/na universidade. Esse apagamento e a falta de debate sobre esse fenômeno contribuem com a manutenção dessas violências.

A “Ocupação das Minas” ocorreu no contexto de protestos estudantis que tiveram como palco os *campi* da UnB, de outras universidades federais e de escolas públicas brasileiras durante o segundo semestre de 2016. As manifestações contra a PEC 241/2016, sancionada como Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal brasileiro, se deram por meio de mobilização popular que reuniu um número considerável de estudantes, professores e servidores em geral.

A “Ocupação das Minas” levantou pautas à reitoria, afirmou a demanda de um espaço físico para o funcionamento de um centro de convivência, visível e com acessibilidade,



para as mulheres. Segundo entrevistas, houve a garantia por parte do reitor, à época, Ivan Marques de Toledo Camargo, de que esse espaço seria cedido. Diante desse compromisso institucional a ocupação se encerrou. O ano letivo de 2017 começou com a ocorrência de que a reitoria, sob a gestão da reitora Marcia Abrahão, não facilitava os diálogos para efetivação dos compromissos celebrados em 2016, diante das demandas veementemente requisitadas pela “Ocupação das Minas”. Apesar da mudança na gestão, o compromisso estabelecido teve caráter institucional e não foi cumprido, sinalizando um desrespeito à pauta feminina da/universidade. Importante destacar que Márcia Abrahão foi a primeira mulher eleita para ocupar o cargo de reitora em pouco mais de meio século de existência da UnB. A mobilização estudantil mostra um enorme potencial de organização das estudantes no campus, mesmo que a instituição tenha agido de forma a fragmentar a busca por espaços específicos de convivência e se opor a demandas próprias das estudantes.

Assim, foi realizada uma nova mobilização feminina. Em maio de 2017 nasceu o Centro de Convivência de Mulheres (CCM). A ocupação durou por 16 dias e foram desenvolvidas atividades de integração entre mulheres estudantes e trabalhadoras da universidade, em caráter coletivo e de fortalecimento mútuo.

O diálogo alcançado entre as manifestantes e a reitoria permitiu avançar na elaboração de um plano de demandas assinado inicialmente por André Luiz Teixeira Reis, Decano de Assuntos Comunitários. Observa-se que avanços significativos foram conquistados em cada uma das demandas apresentadas. No tocante ao espaço para funcionamento do CCM, estabeleceu-se a “participação [da coletiva] com a gestão [universitária] na escolha do local que será o espaço definitivo do Centro de Convivência de Mulheres”.

Entretanto, inicialmente, em caráter provisório, o CCM foi alocado por 30 dias prorrogáveis por igual período, na sala de reuniões da Diretoria de Diversidade<sup>4</sup>. Porém, até o início do segundo semestre de 2019 o Centro de Convivência de Mulheres permanecia na sala de reuniões da Diretoria de Diversidade (DIV) da UnB. A UnB sendo uma universidade pública e, portanto, uma “instituição social de cunho republicano e democrático” (Chauí, 2003, p. 6) possui meios de efetivar participações equânimes de seus estudantes no cotidiano universitário. Contudo, a estratégia da gestão da UnB de desgastar a mobilização estudantil ao longo do tempo para fragilizá-la é representativa de uma instituição que reproduz cotidianamente os moldes patriarcais em suas práticas institucionais.



A respeito da violência contra as mulheres da e na UnB, foi instituída a “roda de acolhimento de vítimas”, com acompanhamento psicológico todas as quartas-feiras, no período da tarde. Esse serviço contaria com acompanhamento de uma profissional de psicologia, do sexo feminino. Já em relação aos fraldários, foi combinada a participação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) na realização de “amplo estudo para planejamento e implementação [...] com previsão para concluir até o final de 2/2017”, entretanto sem realização até o momento de encerramento da nossa pesquisa de campo, em julho de 2019. As demandas com recorte específico de gênero encontram resistência da UnB em serem atendidas, representando assim mais uma forma de violência de gênero, que “produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia” (Araújo, 2008).

### **Conclusões**

É de suma importância ponderar que uma das demandas críticas da coletiva de mulheres da Universidade de Brasília foi o auxílio-creche. Esse serviço vai de encontro à possibilidade de que as universitárias-mães frequentem as aulas sem serem compelidas a sacrificar o cuidado de suas(seus) filhas(os). O auxílio-creche da UnB foi efetivado em 2017, em resposta às mobilizações do Centro de Convivência de Mulheres, mediante edital de ações afirmativas do segundo semestre de 2019. Segundo o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC, 2019):

*O Programa consiste em conceder auxílio financeiro a estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais de graduação da UnB, caracterizados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que sejam responsáveis legais e residam com crianças em idade entre zero e cinco anos incompletos.*

A demanda por espaços que permitam condições de salubridade e privacidade para o cuidado das crianças – troca de fraldas, amamentação, ordenha, dentre outros -, apareceu com centralidade nas pautas das universitárias-mães da UnB. A resolução n. 001/2018 (Brasília, 2018), regulamentou o uso do Espaço de Acolhimento/Fraldário da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. O espaço pode ser utilizado por mães, pais ou pessoas legal e/ou judicialmente responsáveis por crianças ou com filhas/os ou dependentes de estudantes regulares, de servidores técnicos e de professoras/es dessa faculdade. Esse recorte do público alvo desse serviço permite inferir o ônus institucional que representa o cuidado das crianças. Reafirma também



nosso argumento sobre a exploração de longa duração que compele essa responsabilidade às mulheres.

A pesquisa mostra que existe um espaço fértil para construção e consolidação de políticas de fomento e promoção ao ingresso e permanência de universitárias-mães no ensino superior. A mobilização estudantil feminina, e posterior consolidação de ações afirmativas para estudantes com filhas/os e/ou dependentes, mesmo que de forma incipiente, revelaram horizontes de possibilidade para a ampliação e fortalecimento das políticas existentes, além da criação de novas respostas institucionais em prol da equidade de gênero.

Ações afirmativas com perspectiva de gênero como licença parentalidade para pais e mães, com possibilidade de cursar as matérias à distância se necessário, sem prejuízo de faltas, não representaria ônus financeiro à UnB. No contexto de deslegitimação da ciência mediante ataques indiscriminados a autonomia e ao orçamento das universidades públicas brasileiras<sup>5</sup>, encontram-se em risco outras ações afirmativas fundamentais para efetivar a democratização do acesso ao ensino superior. Nossa pesquisa indicou que para incidir no acesso democrático à universidade se faz fundamental o aprimoramento tanto da política de moradia estudantil, que contemple a universitária-mãe e sua/seu dependente, quando da ampliação do auxílio-creche.

Em conjunto uma política de tutoria para universitárias-mães que necessitem, o auxílio-creche poderia incidir no melhor desempenho e diminuição da evasão desse grupo social. De outro lado, alocar salas de apoio à amamentação em locais estratégicos, construir banheiros-família, a fim de contemplar o envolvimento masculino no cuidados das/os filhos, e dispor de fraldários acessíveis, seguros e limpos constituem mudanças de infraestrutura que incidirão na saúde física e emocional das universitárias-mães, ao passo em que podem incidir na ruptura do sexismo e machismo no ensino superior.

Em adição, programas de visibilidade e sensibilização sobre a presença de estudantes com filhos e/ou dependentes gera a normalização desses sujeitos em ambiente universitário e, conseqüentemente, proporciona o maior amparo às/os estudantes partindo do corpo docente, discente e de trabalhadores do/no ensino superior. Cabe aqui reforçar que a responsabilidade de conscientização da população da universidade não é somente das/os estudantes que possuem dependentes, mas sim da comunidade universitária como um todo. Necessita-se que todos tomem para si a missão de refletir sobre nossas atitudes no cotidiano universitário.



## Notas

- 1 Comunicação enviada pela pelo Gabinete da reitoria da Universidade de Brasília ao Centro de Convivência de Mulheres. Recebia por e-mail em 12 de nov. 2018.
- 2 Termo de Compromisso UnB e Coletiva de Mulheres. Recebido por e-mail em 12 de nov. 2018.
- 3 Disponível em <https://bit.ly/343KElb>. Acesso em: 11 ago. 2018
- 4 Termo de Compromisso UnB e Coletiva de Mulheres. Recebido por e-mail em 12 de nov. 2018.
- 5 Em abril de 2019, o governo federal bloqueou R\$ 38 milhões de reais da UnB sob a justificativa de que na universidade se fazia “balbúrdia”. A afirmação partiu do ministro da Educação Abraham Weintraub, que também afirmou corte de recursos de universidades que não “apresentarem desempenho acadêmico esperado” (G1, 2019)

## Referências

- Abonizio, J. (2016). CONFLITOS À MESA: Vegetarianos, consumo e identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (31), n. 90, p. 115. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n90/0102-6909-rbcsoc-31-90-0115.pdf>>.
- Amaral, A; Natal, G; Viana, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Sessões do Imaginário*. Porto Alegre, n. 20, p. 34–40, 2008.
- Araújo, M. F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out. 2008.
- Biroli, F. Família: Novos Conceitos. *Coleção O Que Saber*, p. 1–88, 2014.
- \_\_\_\_\_. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*. n. 34, pp. 269-299. 2016.
- Chauí, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. 5–15, 2003.
- Chavarría, E. F. V. Roles, patriarcado y dinámica interna familiar: reflexiones útiles para Latinoamérica. *Revista Virtual Universidad Católica del Norte*, p. 388–406, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1942/194214587017.pdf>>.
- Corazza, S. M. O que faz gaguejar a linguagem na Escola. In: CANDAU, V.M. *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- Domingo, P. B. Los códigos de género en la universidad. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 68, p. 19–38, 2015.
- França, A. L.; Schimanski, É. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. [S.l.: s.n.], 2009.



Gonzalez, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69–82, 1988a.

\_\_\_\_\_. Por um feminismo afrolatinoamericano. [S.l.: s.n.], 1988b.

\_\_\_\_\_. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223–244, 1984.

Grosfoguel, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.

Guindani, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, p. 1–15, 2009.

Pimentel, A. O método da análise documental: seu uso em uma pesquisa historiográfica. [S.l.: s.n.], 2001.

Queiroz, M. I. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. *Textos*, p. 13–24, 1999.

Rezende, D. L. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Pensamento Plural*, v. 17, p. 7–27, 2015.

Ribeiro, F. G. Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB. 2016. 63 f. 2016.

Saffioti, H. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

Scavone, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. n. 16, p. 137–150, 2001.

Silva, I. A. A vivência de amamentar para trabalhadoras e estudantes de uma universidade pública. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 58, n. 6, p. 641–646, 2005

Soares, A. C. E. C. As mulheres afinal têm história? Uma trajetória profissional e acadêmica. *Revista Maracanan*, n. 12, p. 115-122, 2015.

Spivak, G. C. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: [s.n.], 2010.

Viana, C. A. M. N. Educação e Maternidade: minha experiência como estudante-mãe no curso de pedagogia da Universidade de Brasília. 2016. 1–36 f. 2016.

#### Outras Fontes

BRASÍLIA. Resolução do (a) Conselho da Faculdade de Educação Nº 01/2018/2018.

“Regulamenta o uso do Espaço de Acolhimento/Fraldário da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília por mães, pais ou pessoas legal e/ou judicialmente responsáveis por crianças (os filhos ou dependentes de estudantes regulares, de



servidores técnicos e de professores da FE/UnB)”. Brasília, 19 abr. 2018. Disponível em: <<http://fe.unb.br/images/institucional/resolucoes-conselho/2018/Resoluo-001-2018.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

Centro de Convivência de Mulheres – UnB. “[MANIFESTO]”. 03 mai. 2017. Post do Facebook. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ccmmanifesto>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Conselho Nacional De Justiça. Averbação de paternidade é gratuita para todos, diz CNJ.

Disponível em: <<https://tinyurl.com/averbacao>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

DDS/DAC. “EDITAIS REFERENTES AOS PROCESSOS SELETIVOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019”. Disponível em: <<http://www.dds.dac.unb.br/index.php/editais-ano-2019>> Acesso em: 06 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. “Programa Auxílio Creche”. Disponível em: <<https://bit.ly/3cCLNns>> . Acesso em: 05 mar. 2019

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Anuário Estatístico da UnB. Brasília: 2017 G1. Professor proíbe aluna de assistir aula acompanhada da filha de 5 anos na UFRN. Disponível em: <<https://tinyurl.com/g1ufrn>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. UnB tem R\$ 38 milhões bloqueados; MEC fala em corte de verba por 'balbúrdia'; entenda.

Disponível em: <<https://tinyurl.com/g1unb>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Disponível em: <<https://bit.ly/3cJQHPJ>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SAA/UnB. “Exercícios domiciliares”. Disponível em: <<https://bit.ly/2HH0Otn>>. Acesso em: 30 abr. 2019.